

# **Religião, sacrifício e controvérsia: disciplinando sacrifícios de animais em cultos afro-brasileiros no sertão pernambucano<sup>1</sup>.**

*Esdras Gusmão de Holanda Peixoto (UFPE)*

O artigo realiza a etnografia da controvérsia estabelecida em Petrolina-PE, em relação ao sacrifício de animais em cerimônias religiosas afro-brasileiras, no qual tomaram parte diversos agentes, religiosos, autoridades públicas, acadêmicos e representantes da sociedade civil. A metodologia utilizada abarca diversas técnicas, como a entrevista semi-estruturada, análise dos documentos constantes dos autos da audiência pública que tratou do tema. Como foi formado um grupo de trabalho para continuar tratando da questão, os resultados são parciais, pois a pesquisa prossegue. As conclusões preliminares parecem indicar haver um conflito de mentalidades, uma racional, por assim dizer e outra de perspectiva mágica.

## **Palavras-chaves**

**Cultos Afro-brasileiros; sacrifício; controvérsia; intolerância religiosa; Ministério Público.**

## **Etnografia de uma Audiência Pública no Sertão do São Francisco – primeira parte**

O Diário Oficial de Pernambuco do dia 2 de outubro de 2012, na página reservada para as notícias e atos do Ministério Público destaca a seguinte manchete: Vigilância Sanitária denunciou sacrifícios clandestinos de animais em terreiro de candomblé em Petrolina. A chamada para a audiência pública sai publicada um dia antes da votação em primeiro turno para a escolha do nome de quem ocupará a cadeira de prefeito municipal nos próximos 4 anos.

A audiência, que ocorreria uma semana depois na sede do Ministério Público da cidade, reuniria uma dezena de promotores, autoridades sanitárias municipais e estaduais, gente da política como deputados estaduais, pesquisadores de diversas instituições, além, é claro, de um número considerável de praticantes de cultos afro-brasileiros. Pais, mães e filhos de santo compareceram vestidos com seus trajes cerimoniais. A imprensa estava lá e registrava por meio de câmeras tudo o que se passava no recinto. O espaço do encontro, o auditório das Promotorias de Justiça de Petrolina, superlotou. Como não havia cadeiras para todos, muitos dos presentes se posicionaram de pé nos fundos do auditório. Um grupo de religiosos quis se

---

<sup>1</sup> III ENADIR, GT.2 – Antropologia, direitos civis e políticos.

por mais perto da mesa que conduzia o encontro e atravessou a sala, sentando-se no chão, a frente da primeira fileira de cadeiras e bem próximo dos que usariam a palavra.

Havia um clima de excitação e os semblantes do povo de santo deram-me a impressão de que eles estariam verdadeiramente chateados por estarem se sentindo perseguidos. O comentário feito por um rapaz vestido de túnica e calças brancas foi ouvido por todos que estavam próximos: “Eu não vejo ninguém convocar os evangélicos para ajustar conduta quando eles botam o som lá nas alturas depois de dez da noite, quando fazem a gritaria nas línguas deles...”. Por outro lado, alguns religiosos se comportavam com muita desenvoltura conversando com os as autoridades presentes e em nada demonstrando estarem constrangidos com o ambiente. “É um momento importante, uma grande oportunidade para nosso povo”, dizia uma senhora.

Quando a audiência teve início, às 14 horas e 07 minutos, como consta do termo de audiência, após a composição da mesa, a promotora Ana Rúbia Torres de Carvalho que presidia os trabalhos, coloca que em sua análise a denúncia feita pela procuradoria da Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina, conforme demonstrariam as fotografias anexas a peça denunciatória, o “abate” dos animais durante cerimônias religiosas estaria sendo feito em “desacordo com as normas fitossanitárias”. Pausa.

### **O campo Religioso em Petrolina**

Petrolina é a maior cidade do sertão pernambucano. Distante cerca de setecentos e trinta quilômetros do Recife, situa-se na extremidade ocidental do Estado. Margeada pelo São Francisco, é ligada a sua vizinha baiana, a cidade de Juazeiro não só pela ponte Presidente Médice. Há uma interação comercial e cultural intensa neste que é o maior conglomerado urbano do semiárido nordestino. No plano religioso, o candomblé baiano constituiu-se a maior referência para a religiosidade afro-brasileira praticada em Petrolina, muito mais sentida a sua presença que o xangô que domina a cena afro em Recife<sup>2</sup>. Certamente o fato de ser limítrofe com Juazeiro e de estar mais próxima de Salvador que de Recife, é um fator decisivo para tal predominância.

Também os conflitos religiosos vivenciados na Bahia tendem a ser reproduzidos em Petrolina. Nos meses de setembro e outubro de 2012 duas celeumas envolvendo religião e Poder Público

---

<sup>2</sup> A caracterização feita por Roberto Motta sobre o Xangô do Recife é ainda uma das melhores referências sobre o tema. Cf. Meat and feast: the Xango religion of Recife, Brazil. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) – Columbia University, Nova York.

agitaram Petrolina, trazendo discussões acerca da laicidade do Estado brasileiro, do papel do Ministério Público junto aos diversos grupos religiosos e a presença do discurso religioso na arena política.

O considerável crescimento do número e da visibilidade pública dos evangélicos a partir das duas últimas décadas do século passado tem se constituído no principal fator de pluralização do campo religioso brasileiro, ao passo em que vem contribuindo fortemente para a ruptura e o declínio da hegemonia da religiosidade católica nos contextos nacional e regional. Se o catolicismo é abalado pela sangria de fiéis e pela concorrência no que diz respeito a ocupação dos espaços de mídia e representação política, as religiões afro-brasileiras sofrem um assédio bem mais virulento, com ataques diretos aos seu símbolos e suas crenças além de uma negação no que concerne a legitimidade de acesso aos espaços públicos e aos seus direitos civis, como se verá nos episódios ocorridos em Petrolina.

Os números do vão evidenciando o maior dinamismo dos evangélicos no quadro religioso pernambucano. Entre 2000 e 2010 o percentual de católicos cai mais oito pontos (de 74,52% para 65,95), o de evangélicos continua a crescer de forma significativa (de 13,53% para 20,34%). Paralelamente, cresce também o percentual de espíritas (de 1% para 1,4%) e dos que se declaram adeptos do Candomblé (de 0,05% para 0,08%), o que pode estar relacionado a um movimento de valorização da identidade afro. A cidade de Petrolina possui cerca 400 casas de santo e terreiros, a se considerar a informação passada em carta aberta pela Associação Espírita e de Cultos Afro-Brasileiros.

A cidade de Petrolina não foge a regra no que diz respeito a tendência de diversificação religiosa que se verifica no país. Os centros mais urbanizados do interior pernambucano, conforme relata o censo do ano de 2010 realizado pelo IBGE, apresentaram uma queda acentuada no percentual de católicos na última década, especialmente os municípios de Caruaru (de 77,17% para 66,37%), maior cidade do interior pernambucano e Petrolina (de 80,09% para 73,09%), enquanto a proporção de evangélicos praticamente dobrou nessas cidades no mesmo período. Há ainda outro fator que deve ser levado em conta nessa análise, entretanto, que é a relação entre religião, renda e ocupação territorial urbana. Petrolina tem um PIB de 1 bilhão de reais, a renda per capita passou de R\$ 291,15 em 1991 para R\$ 605,06 em 2010, um aumento de 107,82% da renda nas últimas duas décadas. Sobre as taxas de atividades e desocupação, os dados também são positivos. Entre 2000 e 2010, a taxa de

atividade da população de 18 anos passou de 65,60% em 2000 para 69,00% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação passou de 16,54% em 2000 para 10,17% em 2010.

Como toda cidade brasileira que tem pretensões de moderna que se preze Petrolina também tem seu campo religioso multifacetado. A presença de igrejas evangélicas de um modo geral, quer protestantes históricas ou da linha de missão, quer do pentecostalismo clássico com suas subdivisões ou ainda dos neopentecostais, deu um gigantesco salto nestas primeiras décadas do século. Inúmeros políticos petrolinenses ou radicados na cidade, como o prefeito Júlio Lóssio, e a exemplo do que acontece via de regra em todo o Brasil passaram a granjear esta fatia crescente do eleitorado, com homenagens, favores e cargos na máquina pública. Também os evangélicos guinaram-se a condição de possuir representantes políticos oriundos do seu próprio meio.

Nos três meses de campanha eleitoral a prefeitura do município alguns acontecimentos balançaram a cena religiosa, com desdobramentos políticos consideráveis. Não se pode falar da audiência pública sobre sacrifícios de animais em terreiro de Candomblé sem se levar em conta os antecedentes de atrito entre a comunidade evangélica e a comunidade de santo no contexto da sucessão municipal.

### **O episódio da Mãe D'Água (ou seria a Iara, ou ainda Iemanjá)**

Júlio Lóssio, um médico que sai do litoral pernambucano e se instala em Petrolina aproveitando-se da desagregação das tradicionais forças políticas do município de Petrolina se elege prefeito com um discurso de modernidade e renovação. Passa então a fazer uma administração pautada em práticas políticas inovadoras, em se considerando o tradicional modo de governar do sertão pernambucano. Cercado por líderes políticos de peso com suas vinculações históricas consolidadas, o prefeito passa a buscar apoio nos segmentos emergentes da população, dentre os quais os religiosos evangélicos, mas também os produtores culturais. Se por um lado os primeiros situam-se na franja dos engajados em ocupações assalariadas urbanas e do micro empresariado que almejam o desenvolvimento econômico da cidade. Podendo classifica-los como uma vanguarda econômica urbana ascendente dentro das classes B e C ou médias, tem-se que por sua vez os produtores de cultura formam a linha de frente intelectual da cidade, sendo encontrado nesse grupo, professores, estudantes (a na cidade campos da Universidade de Pernambuco, da Universidade Federal do Vale do São Francisco e ainda uma grande instituição de ensino privado) e artistas. Quase todos estes promotores e defensores da cultura afro local que

embora minoritária faz-se representar pelos laços de simpatia e solidariedade que mantem com esse grupo.

Assim, a administração municipal precisava equilibra-se entre esses dois polos no intuito de manter sua imagem de força modernizadora de Petrolina. A estratégia empregada contemplava o apoio financeiro da prefeitura a grandes concentrações evangélicas na cidade com o comparecimento e muitas vezes a fala do próprio prefeito saudando os presentes.

Para contrabalançar esta ostensiva aproximação com os diversos segmentos de evangélicos, a administração municipal organizou no dia 2 de fevereiro de 2012, a semelhança do que acontece tradicionalmente em Salvador, na praia do bairro do Rio Vermelho nas margens do rio São Francisco a festa de Iemanjá e de Oxum, respectivamente mães das águas salgadas e doces, que atraiu um grande contingente de adeptos e simpatizantes das religiões de matriz africana de Petrolina, de Juazeiro e adjacências. A festa começou no final da tarde e foi até às 20h, na Porta do Rio, Orla I de Petrolina. Durante o festejo, a diretora de cultura da cidade, Roberta Duarte afirmou que apoiar a diversidade cultural e religiosa faz parte da política pública de cultura do município. Os equipamentos de som e iluminação bem como a estrutura de toldos, banheiros químicos além da divulgação e mesmo transporte de grupos foi custeado pela prefeitura.

Implantada a fase dos eventos, esta política pendular, ora agracia um grupo, ora agrada o outro, entraria em uma nova fase que vou denominar de fase dos monumentos. A prefeitura contrata os serviços de um artista plástico de renome regional, o baiano de Juazeiro Lêdo Ivo para elaborar o monumento denominado Praça da Bíblia, colocado na Avenida Clementino Coelho uma das principais vias da cidade. A escultura é a representação de uma grande bíblia posta em plano inclinado sobre um pedestal em forma de coluna. A obra possui quatro metros de comprimento, dois de profundidade e seis de altura e foi elaborada com a utilização de concreto armado com revestimento de mármore e estuque (material utilizado em esculturas italianas). Inaugurada na noite do dia 25 de março de 2012, com a presença de líderes e religiosos católicos e evangélicos, pelo prefeito Júlio Lóssio, o monumento cita versículos do evangelho de São Mateus, capítulo vinte e dois, com o trecho: *“Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração. De toda a tua alma, e de todo o teu entendimento. Amarás o teu próximo como a ti mesmo”*. O detalhe é que a escolha do texto que se pôs em epígrafe decorreu de um consórcio entre representantes das duas igrejas que se reuniram para este fim. Nenhum grupo religioso ou laico se manifestou em sinal de reprovação a este acontecimento que confunde

igreja e estado, religião e política. Na cidade, tudo foi entendido como um aspecto cultural digno de ser celebrado, uma vez que o monumento conseguiu apagar as rivalidades e diferenças entre católicos e evangélicos. Eis, portanto um monumento de concórdia, que implica em tolerância.

O próximo lance deste xadrez político-religioso foi a implantação de uma figura batizada de *Mãe D'Água* nas pedras do rio São Francisco que se avista da orla de Petrolina. A imagem também foi encomendada ao artista Lêdo Ivo, que tantos aplausos recebera quando da inauguração da gigantesca Bíblia. No entanto a recepção da obra não poderia ter sido mais controversa. Uma mulher jovem e bela de pele azul deitada sobre as pedras de ventre e busto à mostra, rosto inclinado levemente para trás, passa a mão esquerda em seus longos cabelos dourados. Cobre-lhe o sexo apenas uma madeixa de seus cabelos que lhe contornam as costas. Há um que de sensual na figura, porém nada que evoque um explícito erotismo. A escultura foi fixada nas pedras do Rio São Francisco no início do mês de setembro. A partir daí, instaurou-se uma forte polêmica na cidade.

Neste ponto, vale recordar que na vizinha baiana Juazeiro há uma imagem denominada de *Nêgo D'Água*, voltada para a cidade, mais uma vez trabalho de Lêdo Ivo e que homenageia uma figura lendária que possuiria traços físicos que lembrariam feições de um homem negro em simbiose com escamas, espinha e nadadeiras de peixes. A *Mãe D'Água*, faz parte do mesmo repertório de lendas ribeirinho, e no dizer do artista não seria propriamente Iamanjá ou Oxum, embora no imaginário popular estas figuras possam estar associadas. Em Juazeiro, o *Nêgo D'Água* não encontrou resistência que se registrou em Petrolina em relação ao seu par feminino.

Diversos pastores passaram a proferir sermões em suas comunidades combatendo a imagem como se ela fosse uma blasfêmia e a sua permanência nas águas do Velho Chico traria sobre a cidade uma maldição. Em texto enviado a uma dos blogs locais de maior influência intitulado *Aos Cristãos e pelos Cristãos*<sup>3</sup>, o Pastor Alcides Robert, da Igreja Evangélica Filadélfia, declara que “*Enquanto iemanjá é cultuada através de lendas, os cristãos cultuam unicamente a Jesus pela veracidade da Bíblia, a Palavra de Deus*”. Para o referido religioso, lenda e mentira são a mesma coisa, e ambas ofuscam a verdade, Jesus Cristo, só encontrada na Bíblia.

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.carlosbritto.com/evangelicos-se-manifestam-contra-a-iamanja-de-julio-lossio/> acesso 12 de dezembro de 2012.

O debate alcançou o legislativo, atingindo o seu ápice após a fermentação por vários dias nas ruas de Petrolina e nas redes sociais. Boatos davam conta de que o prefeito havia feito pacto com Iemanjá para ser reeleito. Na tarde da quinta feira 27 de setembro o então vereador e candidato a reeleição Osinaldo Souza, integrante de uma chapa de oposição fez uso da tribuna e disparou as seguintes palavras em seu pronunciamento: *“Isso é uma blasfêmia contra Deus a figura de Iemanjá nem folclórica é, quanto mais para alguém dizer que é cultura, Iemanjá é a profanação contra o próprio Deus”*<sup>4</sup>. Detalhe, Osinaldo Souza segurava em uma de suas mãos um exemplar da Bíblia enquanto discursava.

A repercussão nas redes sociais foi quase que imediata. Parcela dos internautas, em geral evangélicos, destacavam a coragem e a firmeza do vereador, por outro lado muitas pessoas taxaram-no de intolerante e pediam que as urnas não renovassem o mandato do parlamentar. Em meio a polêmica no dia primeiro de outubro, ou seja, na antevéspera da eleição o artista anuncia a retirada da imagem e a sua venda para um empresário que não quisera ser identificado. No dia três de outubro Júlio Lóssio é reeleito com 64.929 votos. O vereador Osinaldo recebe 2.395 votos, contra 2.758 votos obtidos na eleição de 2008. Osinaldo não renova seu mandato muito embora tivesse conseguido que a estátua da Mãe D'Água fosse retirada. Já Lóssio, que jamais assumira ter sido iniciativa da prefeitura a colocação da estátua, continuaria como mandatário da cidade em que pese os arranhões que este episódio parece ter lhe causado junto à comunidade evangélica.

Estes acontecimentos serviram também para estreitar as relações entre a comunidade afro e o grupo de intelectuais, artistas e professores que lançaram nota de apoio público ao movimento que repudiava a atitude do vereador Osinaldo. Importa ainda observar que pelejas entre políticos evangélicos contra elementos da crença e dos cultos afro brasileiros vêm se disseminando no país, notem-se as tentativas de criminalização dos sacrifícios de animais em cerimônias religiosas. Estas ruidosas polêmicas acontecem em Salvador e outras cidades brasileiras. Na capital baiana, ficou famoso o episódio dos orixás que foram instalados no Dique do Tororó, em meio a muita grita da comunidade evangélica. Nestes últimos meses, a discussão sobre a criminalização das práticas ritualísticas que envolvem sacrifícios de animais tomou de assalto a capital baiana<sup>5</sup>. Na Câmara dos deputados o projeto de lei 433/12 de autoria do deputado Marco Feliciano propõe a proibição dos sacrifícios de animais.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.gazzeta.com.br/vereador-demonstra-intolerancia-religiosa/> acesso dia 12 de dezembro de 2012.

<sup>5</sup> Trata-se de um projeto de lei de autoria do vereador soteropolitano Marcell Moraes, do PV.

## **Imolação ritual de animais enquanto aspecto litúrgico fundamental nas religiões Afro-brasileiras**

Sacrifício é um tema clássico na Antropologia. A obra de Marcel Mauss de 1899, *Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício*, publicada em parceria com Henri Hubert, tomou como base o Hinduísmo e o Judaísmo. Identificara que o sacrifício seria uma forma de comunicação entre os homens e os deuses. O animal, objeto do sacrifício, configuraria uma dádiva. Assim, o sacrificante passaria a ter uma espécie de direito, ou, ao reverso, uma obrigação. Se estivesse pleiteando algo a entidade que recebera o sacrifício deveria contemplar o fiel atendendo-lhe. Havendo alcançado um benefício por parte dos deuses deveria o fiel sacrificar como forma de agradecimento.

O sacrifício de animais é uma prática usual nas religiões de matrizes africanas. Ovinos, suínos, bovinos, caprinos e galináceos transformam-se em oferendas, sendo essenciais nas liturgias de iniciação de filhos, filhas, pais e mães de santo. É comum ainda os animais servirem de meios privilegiados de troca/comunicação entre o fiel e as entidades. Roger Bastide oferece uma conhecida e didática lição a respeito do rito sacrificial, na qual já se evidencia a precaução das religiões de matriz africana quanto à incompreensão do significado deste ritual.

Essa parte do ritual não é propriamente secreta; porém, não se realiza em geral senão diante de um número muito pequeno de pessoas, todas fazendo parte da religião. Teme-se sem dúvida que a vista do sangue revigore entre os não-iniciados os estereótipos correntes sobre a “barbárie” ou o caráter supersticioso da religião africana. Uma pessoa especializada no sacrifício, o *axogum*, que tem função na hierarquia sacerdotal, é quem realiza o sacrifício ou, na sua falta, o babalorixá, sacerdote supremo. O objeto do sacrifício, que é sempre um animal, muda conforme o deus ao qual é oferecido (...) O sexo do animal sacrificado deve ser o mesmo da entidade que recebe o sangue derramado; e o modo de matar varia igualmente segundo os casos (...). Varia também o instrumento a execução que muitas vezes deve ser uma “faca virgem”. Na realidade não se trata de um único sacrifício, mas de dois; pois qualquer que seja o deus adorado, Exu deve ser o primeiro servido (...). Há, pois, o primeiro sacrifício para o “animal de duas patas” para Exu, e em segundo lugar, quando o permitem as finanças da casa, de um “animal de quatro patas” para a divindade que esta sendo celebrada. (BASTIDE, 1958/2009, p. 31-2).

O sangue dos animais reveste-se de uma simbologia toda própria: pertence ao orixá. Entretanto, libera o *axé* harmonizando as relações entre as pessoas, os deuses e a natureza. Vale a pena frisar que quanto mais sangue mais se compreende como sagrado o ritual de imolação. Na visão do candomblé tanto os deuses quanto os homens devem “comer” do



sacrifício. Não só o altar ou pegi é um lugar importante no espaço do terreiro. Também a cozinha é um lugar sagrado. Os animais abatidos são sempre comestíveis. Quer dizer, logo que findado o cerimonial eles são encaminhados para o preparo. Não há desperdício, nem a morte dos bichos é uma matança sem sentido. Na verdade, há muito mais cargas simbólicas nestes repastos pós sacrificiais do que em geral nas usuais confraternizações da vida moderna, como churrascos, feijoadas e outros banquetes que congreguem quantidade considerada de gente. Como diria Raul Lody, “*A boca do homem é um espaço culturalmente sacralizado e indicado para receber comida. (...) O alimentar-se implica um ato biológico e também sócio cultural*”. (2006, p. 88).

Um ponto que põe mais fogo na controvérsia dos sacrifícios, e que ganhou muita força com as novas sensibilidades ecológicas neste começo de século diz respeito aos maus tratos que os animais receberiam no ritual de sacrifício. Na imolação, seria infringido aos animais sofrimento prolongado e desnecessário. Os mais confiáveis registros etnográficos não corroboram com isto. Segundo o antropólogo Raul Lody, em seu *Santo também come* (1979), os sacrifícios geralmente são realizados por homens especialmente treinados, que sabem o modo como o animal deve ser morto e os “pontos” que devem ser cantados durante o ritual é o *axogum*, ou o mão de faca. Já Marcelo Tadvald (2007) no interessante artigo que confronta o direito legal dos modernos estados-nação e o direito litúrgico que prevalece nas comunidades tradicionais como é o exemplo do povo de santo, afirma algo que pode até ser surpreendente para aqueles que desconhecem as práticas e rotinas que se dão nos terreiros.

Existe uma deferência toda especial para com os animais que serão sacrificados. Além da necessidade de contar com espécimes saudáveis, não raro, a estas são destinadas por parte dos envolvidos no evento, atenções e carinhos especiais nos momentos que precedem o ritual. Não se irá oferecer aos orixás, aos deuses, animais maltratados ou doentes. Na visão da maioria absoluta dos adeptos, a imolação deve ser realizada com o mínimo de sofrimento possível para o animal. Nos casos em que se imolam animais maiores (os “quatropés”), o *obé* (faca sagrada) deve estar bem afiado e o golpe deve ser certo. Não por acaso, somente *babalorixás* experimentados, e que passaram pelos ritos iniciáticos específicos (axé da faca, por exemplo), têm o direito e o poder de imolar animais. Na grande maioria das vezes, são sacerdotes treinados que executam essas tarefas. O que explica em parte esta deferência especial para com os animais é a necessidade de humanizar as vítimas animais, pois a carne mais digna para ser oferecida a um deus é de fato a do homem. Claro, tudo isto dentro de um plano metafórico. (p.132).

Portanto, a acusação de que os bichos imolados padecem de um sofrimento intenso e despropositado não resiste a análise do material antropológico colhido e registrado por pesquisadores sérios e com profundo conhecimento do tema.

## **Etnografia de uma Audiência Pública no Sertão do São Francisco – segunda parte**

Importa agora retornar a sala de audiências das promotorias de Petrolina. Quero agora trabalhar com os discursos de alguns dos participantes do encontro. Para isso, irei me valer de uma fonte documental, o Termo de Audiência Pública que procura condensar os acontecimentos da sessão numa linguagem formal, típica do universo jurídico. Outra fonte serão minhas anotações feitas *in locu*. Há ainda a utilização de material coletado de um informante, adepto do Candomblé e que se fez presente neste dia. Eu possuía algumas perguntas preparadas de antemão, que levei a Petrolina com a intenção de aplicá-las, pois eram de cunho mais geral. Entretanto, minha intenção era contar com a espontaneidade das pessoas ligadas aos terreiros. Imaginava que eles falariam na audiência, mas não com toda a liberdade, nem do seu jeito, uma vez que audiências deste tipo sempre se dão dentro de formalidades, obedecendo regras e ritos demarcados por um discurso do tipo racionalizado. Assim, apostei que falariam numa comunicação interpessoal com mais livremente, uma vez que aquele espaço previamente estruturado não lhes permitiriam que se manifestassem com ampla desenvoltura.

É verdade que uma Audiência Pública transcorre com muito mais horizontalidade que uma sessão judicial: todos os pontos de vistas e partes envolvidas com os temas podem se expressar. Contudo, o saber do qual o povo de santo é detentor carece de tradução para o idioma jurídico-racional, que instruiria o processo decisório.

Dois discursos que representavam duas formas de ver o mundo e de viver no mundo foram apresentados naquele recinto na quente tarde do sertão do São Francisco que ao condicionada da sala em que estávamos apenas amenizava. De um lado, se apresentava o discurso das autoridades administrativas que tencionava impor a observância das normas "fitossanitárias" ao mundo afro-religioso de Petrolina. Do outro, o povo de terreiro buscando preservar seu saber tradicional. Evidencia-se, sob nova roupagem, o conflito tradição versus modernidade. Um conflito de mentalidades.

Na fala da presidente da audiência, a promotora Ana Rúbia Torres de Carvalho, a audiência pública que fazia parte de um procedimento preparatório do Ministério Público que poderia resultar num Termo de Ajuste de Conduta. Por isso, era de fundamental importância aquele encontro "*em virtude do aparente conflito dos direitos constitucionais a liberdade de culto e o direito à saúde e ao meio ambiente equilibrado*". Na sua visão, o conflito se dava entre bens juridicamente tutelados.

Já na concepção do representante da Associação Espírita e de Cultos Afro-Brasileiros, Flávio Júnior Silva Santos, a questão é outra: *“Na iniciação do Candomblé, o sacrifício animal é um nascer para a religião, assim como o nascimento natural das crianças em que há dor e sangue das mães; a imolação é um ato de união”*. Como pode haver um conflito se o que acontece nos rituais onde há sacrifício de animais é tão somente um acontecimento natural?

Meu informante que vou chamar de Renato, que me disse frequentar o terreiro de Pai Adilson, um dos mais conhecidos da cidade. Puxei conversa com ele antes do início da sessão: *“Não é um problema de lei; a coisa toda foi por conta da eleição. O problema do prefeito com o vereador crente... a Mãe D’água... sobrou pra gente... Pra não perder o voto dos crentes ele (o prefeito) mandou levar a estátua e disse ‘pra’ Vigilância (sanitária) fiscalizar a gente. Mas a gente sempre fez as coisas com respeito, aos bichos, aos vizinhos. Se fosse maldade os orixás não deixavam fazer. Vigilância Sanitária deveria entrar era nas cabelereiras e manicures que ‘tá cheia’ de problemas de higiene, lanchonete, barraca de lanche na feira... Nossa comida não se vende, não é negócio, não se mata na via pública”*.

O que temos então, senão uma oposição entre os dois códigos que se sucediam naquela audiência? Lembrei-me imediatamente da análise de um conflito, de um drama social, daquela feita restrita a um terreiro realizada por Yvonne Maggie, daquele que foi o primeiro relato etnográfico sobre as religiões africanas com que tive contato. Trata-se de *Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito* (2001). Nele a autora elabora um esquema dicotômico para interpretar o conflito estabelecido no terreiro. Com flagrante inspiração weberiana, Maggie monta um código chamado burocrático, que tem conexão com o mundo complexo das sociedades urbanas modernas, e um código denominado de santo, que faz uso da tradicional cosmovisão da religião. Guardadas as devidas proporções, penso que se pode utilizar um esquema similar, dada a sua adaptabilidade em se tratando de situações de conflito ou controvérsia.

O código burocrático é ativado na denúncia da Vigilância Sanitária, com sua expectativa de que os terreiros adequem suas prática ritualísticas às normas sanitárias vigentes. A promotora que presidia a sessão pública, em parte, cumpria o papel de explicitar este código. Já o código mágico não contesta a realidade que quer se impor aos praticantes de cultos afro-brasileiros ao não aceitar que um modo de pensar no qual suas próprias categorias se tornam vedadas. No espaço do terreiro não há como se romper com o tradicional ou como constranger as entidades, sem que se promova uma profunda devastação no sentimento religioso,

descaracterizando. O sagrado, como afirmam os religiosos, não se permite ser tocado por questões do cotidiano, mesmo se versarem de problemas de ordem fitossanitárias...

No plano jurídico, as antinomias entre os chamados meio ambiente natural e meio ambiente cultural deverão ser resolvidas sempre em favor deste último. Agir de forma contrária, certamente, atenta contra a liberdade religiosa. Sabe-se que o perigo da intolerância se acentua contra minorias religiosas, sobretudo quando estas se revestem de elementos étnicos e culturais diversos do usualmente corrente.

À luz do sistema jurídico brasileiro inexistem qualquer objeção legal ao abate religioso, pelo que especulações nesse sentido fundam-se em elementos metajurídicos e devem ser creditadas à ignorância, à improvisação ou ao preconceito (ou à somatória destes) que grassam na sociedade brasileira e inclusive – o que é mais preocupante seduzem parcela dos operadores e estudiosos do direito. (SILVA, 2007, p.322)

Cabe ainda destacar o papel assumido por alguns promotores que estiveram presentes na audiência. Faziam um papel de advogar pela legitimidade do sacrifício de animais nos rituais do candomblé. O promotor público Westei Conde, que viajou de Recife a Petrolina para tomar parte no encontro, fez questão de ler e anexar aos autos uma carta extraída em encontro no Recife com líderes religiosos de diferentes credos que integram o fórum religioso pela paz e convivência entre as religiões. Segundo este promotor, as religiões de matriz africana no Brasil sofrem perseguição religiosa. A melhor estratégia, como apontaria a sua experiência profissional, passaria por evidenciar os tolerantes, uma vez que a intolerância e os intolerantes de um modo geral se dissimulam.

Outros atores também participaram do encontro. Não há espaço neste pequeno *paper* para lhes dar o destaque analítico que mereceriam. A audiência pública foi encerrada no final da tarde, quase noite e se deliberou que um grupo de trabalho fosse criado para dar continuidade às discussões sobre a adequação dos terreiros às normas sanitárias.

### **Considerações Finais**

A diversificação do campo religioso brasileiro chegou de vez às médias e pequenas cidades do interior brasileiro. Notadamente naquelas que possuem uma melhor infraestrutura urbana, com a população tendo acesso a bens e serviços de melhor qualidade, como é o caso de Petrolina.

Essa movimentação traz consigo a reprodução nestes locais de atritos que já acontecem noutros pontos mais centrais do país. A peculiaridade de Petrolina encontra-se em possuir uma religiosidade afro-brasileira mais aproximada daquilo que é característico de Salvador em relação ao que se verifica em Recife e região da mata e litorânea de Pernambuco.

Quando os poderes constituídos aportam nesta seara nem sempre o fazem enquanto *tercius* perante o conflito. Muitas posturas das autoridades, ao contrário parecem solapar a laicidade do Estado garantida constitucionalmente, sobremaneira quando parece ocorrer uma colisão entre direitos positivados. Daí, ser de fundamental importância posturas que busquem a solução medida para o conflito.

No caso estudado, mais do que um conflito jurídico há um confronto de mentalidades. Vê-se o mundo segundo lentes muito peculiares quando o princípio ativo para tanto é a religião. Numa sociedade cada vez mais complexa estas fricções entre os diferentes tendem a se acentuarem. É, portanto, necessário que o pluralismo cultural e religioso se faça acompanhar do necessário pluralismo jurídico. Na busca pela hegemonia no campo religioso, táticas belicosas não estão mais restritas a disputa de mídia. Outros espaços públicos também entram em jogo, como as praças, ruas, monumentos se constituindo numa verdadeira cartografia simbólica. Neste sentido a Praça da Bíblia e a figura da Mãe D'Água no São Francisco revelam a dimensão do que está em disputa. Os média, as ruas, a paisagem, mas também as instituições, como legislativo, os órgãos administrativos de fiscalização como a Vigilância Sanitária e o Ministério Público na sua função de guardião da cidadania procuram ser capturados pelo religioso. Nesta peleja parece ser correto afirmar que as religiões afro-brasileiras não possuem suficiente visibilidade ou representação institucional compatível com o peso dos interesses e projetos religiosos que se propõem à sociedade brasileira, tornando-se assim refém das movimentações dos demais atores. Essa fragilização, que ameaça mutilar elementos centrais da fé e do culto afro-brasileiro, necessita de uma atuação protetiva daqueles que tem a tarefa de zelar pela sociedade plural que o Brasil decidiu ser em sua Constituição.

## Referências

- BASTIDE**, Roger. O candomblé da Bahia. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- GIUMBELLI, Emerson. O chute na santa: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia (org.). **Religião e espaço público**. São Paulo: Attar, pp. 169-199.
- LATOUR**, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: editora 34, 1994.
- LODY**, Raul. O povo de santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns iniques e caboclos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. Santo também come. Rio de Janeiro: Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- MAGGIE**, Yvonne. Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MOTTA, Roberto. **Meat and feast: the Xango religion of Recife, Brazil**. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) – Columbia University, Nova York.
- MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. **Ensaio Sobre a Natureza e a Função do Sacrifício** (1899). In; Ensaio de Sociologia, São Paulo: Perspectiva, 2001, pp. 141-227.
- ORO**, Ari Pedro (et al). A religião no espaço público: atores e objetos. São Paulo: terceiro nome, 2012.
- SILVA JR, Hédio. 2007. Notas sobre o Sistema Jurídico e intolerância religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves (org.). **Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Edusp, pp.303-323.
- TADVALD, Marcelo. Direito litúrgico, direito legal: a polêmica em torno do sacrifício ritual de animais nas religiões afro-gaúchas. In: **Revista Caminhos**, Goiana, v. 5, n. 1, p. 129-147, jan./jun. 2007.
- WEBER**, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva . Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.